

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: É preciso rever os royalties](#) 2

Folha de S. Paulo

[Título: Apagão](#) 9

[Título: União perde R\\$ 2,6 bi na Eletrobrás após nomear Moreira](#) 10

[Título: 'Não adianta ter inflação baixa se não tem emprego'](#) 12

O Estado de S. Paulo

[Título: 'Privatização da Eletrobrás tem de avançar'](#) 15

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: É preciso rever os royalties 2

Título: Depressão atinge vítimas da barragem da Samarco 3

Título: Temer vai analisar proposta dos EUA para exportação de aço 5

Título: 'Eletrobras e cessão onerosa são fundamentais' 6

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 9

Título: Apagão	9
Título: União perde R\$ 2,6 bi na Eletrobrás após nomear Moreira	10
Título: 'Não adianta ter inflação baixa se não tem emprego'	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: 'Privatização da Eletrobrás tem de avançar'	15
Título: Brasil fará primeiro leilão de barris de petróleo na Bolsa	17
VEÍCULO: Correio Braziliense	18
Seca	20

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Adriano Pires

Título: É preciso rever os royalties

O mercado de petróleo no Brasil vem passando por inúmeras mudanças, que precisam ser contempladas por novas legislações e regulações, sempre com o objetivo de aumentar o número de empresas presentes no setor, assim como os investimentos, a renda e os empregos. No atual governo, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e o **Ministério de Minas e Energia** vêm trabalhando nessa direção.

Porém, resta muito ainda a fazer. Uma das questões que merecem ser encaradas com coragem são os royalties. A partir de 1997, com a entrada em vigor da Lei 9.478, a arrecadação de royalties passou a ser uma receita de muita importância para a União, estados e municípios. A Lei 9.478/97 estipula uma cobrança de alíquota que pode variar de 5% a 10%.

No decorrer dos anos, a alíquota cobrada tem sido a de 10%, não interessando se o campo é no mar ou em terra, se é maduro ou se está num momento de crescimento da produção, como é o caso do pré-sal. Com o aumento da produção dos campos de pré-sal e a queda significativa dos maduros que

apresentam uma taxa de recuperação muito baixa, é preciso rever a política dos royalties. Uma medida de impacto seria reduzir a alíquota para esses campos.

A ideia é a ANP fazer uma espécie de auditoria nesses campos e estabelecer percentuais abaixo dos atuais 10%. Não faz sentido cobrar as mesmas alíquotas sem olhar as especificidades de cada campo. É sempre bom lembrar que a política de redução de royalties foi uma das medidas adotadas pelo governo americano que acabou provocando o boom do shale gas e do shale oil.

Além do mais, essa política provocaria um maior interesse tanto pelos campos maduros e em terra de que a Petrobras está se desfazendo dentro do seu plano de desinvestimentos, bem como pelos que a ANP tem leiloados, para os quais não têm aparecido muitos interessados. A ANP tem divulgado a ideia de implantar essa política de baixar a alíquota para a produção futura desses campos.

A ideia é boa, porém tímida. O correto é que a redução seja implantada para a produção presente e a futura. Todos ganhariam. A Petrobras venderia os seus campos maduros em melhores condições, haveria mais interessados neles nos leilões da ANP, com a extensão da vida útil desses campos — mesmo com o aumento da produção, a União, estados e municípios também seriam beneficiados.

E, por último, estaríamos dando a base para a criação de um mercado robusto no Brasil, com a presença de inúmeras empresas de médio porte especializadas em produzir na terra e no mar através de campos maduros, como acontece nos mercados americano e canadense. Seria uma verdadeira revolução no mercado brasileiro de petróleo.

Se quisermos atrair mais investimentos, gerar mais empregos e aumentar a produção de petróleo e gás, não podemos nos concentrar somente nos campos do pré-sal. Os resultados aparecerão e todos só têm a lucrar, governos, acionistas e trabalhadores.

Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura

VEÍCULO: O Globo

Seção: O País

Autor: Luiza Souto

Título: Depressão atinge vítimas da barragem da Samarco

Pesquisa da UFMG revela os impactos da tragédia na saúde mental

-SÃO PAULO- O índice de pessoas que sofrem de depressão entre a população atingida pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, em Minas Gerais, há dois anos, é maior do que na população geral: 28,9% dos moradores daquela região apresentam a doença, cinco vezes mais do que a taxa registrada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a população brasileira em 2015, de 5,8%.

Os dados são mais alarmantes entre as 46 vítimas com idades de 10 a 17 anos: o número foi dez vezes superior ao observado na população geral nessa faixa etária. Intitulada “Pesquisa Sobre a Realidade de Saúde Mental em Mariana”, feita em conjunto com a Cáritas Brasileira, o Núcleo de Pesquisa Vulnerabilidades e Saúde (Naves) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) avaliou a situação atual de saúde das pessoas atingidas pelo desastre.

Foram entrevistados 271 moradores, com idades entre 10 e 46 anos, dos distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Borba, Campinas, Pedras e Ponte do Gama, todos atingidos pelos rejeitos de minério. O vazamento, considerado o maior crime ambiental da história do Brasil, contaminou e exterminou a vida no Rio Doce e percorreu 670 quilômetros até chegar ao mar. Dezenove pessoas morreram.

Além das vítimas fatais, moradores tiveram que deixar casas e objetos pessoais. Alguns perderam bens em ação de ladrões, que saquearam o pouco que sobrou. Caso de Marino D’Ângelo Junior, de 49 anos. Produtor de leite e morador de Paracatu de Cima desde 1989, ele teve a casa interditada pela Defesa Civil e hoje mora com a mulher e um casal de filhos, de 6 e 19 anos, em Águas Claras.

Sobrevivendo com um salário mínimo e uma cesta básica, gasta em torno de R\$ 700 com dois antidepressivos, um remédio para hipertensão e também cuidados com a diabete. A mulher, dele, Maria do Carmo, de 44, também acabou deprimida após perder a horta que cultivava no local e alimentava a família. Também faz uso de antidepressivos.

Na pesquisa, 18,2% da população informou tomar medicamentos para dormir, e 16,9% faz uso de antidepressivos. — Perdi tudo. Eu era uma pessoa saudável, e o descaso, a mentira, além de morar num lugar ao qual você não pertence, nos adoeceu — disse D’Ângelo, emendando: — Quando minha mulher viu que perdeu tudo, ficou sem chão.

Nunca mais foi a mesma — relata. Além da perda material, Marino fala do preconceito sofrido na cidade de Mariana, por parte dos moradores que viviam da mineração. Segundo ele, a paralisação das atividades da Samarco deve-se à ação das vítimas, que, até agora, não receberam indenização. Por conta disso, alguns pais, não atingidos pela tragédia, chegaram a fazer, no ano passado, um

abaixo-assinado em colégios da região solicitando que os filhos das vítimas não dividissem o mesmo espaço.

— Chamam as crianças de pé de lama — diz o produtor, relatando o bullying. A prevalência de comportamento suicida entre as vítimas também é acima da média nacional: o risco de tirar a própria vida foi reportado por 16,4% das vítimas do desastre, enquanto ao longo da vida, 7,1% da população brasileira afirmaram já ter tentado se matar. A maioria (89,1%) teve algum evento traumático.

Desses, 68,3% disseram ter pensamentos ou imagens recorrentes da tragédia. Frederico Garcia, um dos coordenadores da pesquisa, esperava uma incidência menor nos casos de depressão, e pelo quadro que presenciou, acredita que a tendência é crescer: — Há programas de assistência às vítimas, mas eles não contemplam as verdadeiras necessidades, e a tendência é piorar.

Os números apresentados podem servir para acelerar ao menos o processo de ressarcimento aos atingidos pela tragédia, acredita o representante da Cáritas, Gladston Figueiredo: — Essa pesquisa serve como uma denúncia quanto à necessidade de se aprofundar essa questão.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Leticia Fernandes e Rennan Setti

Título: Temer vai analisar proposta dos EUA para exportação de aço

Para especialista, Brasil não tem opção à imposição de cotas voluntárias

LIMA E RIO - Em meio às negociações com o governo americano para que o país fique isento da sobretaxa de 25% ao aço brasileiro, o presidente Michel Temer disse ontem que vai analisar a última proposta dos Estados Unidos, que sugeriram um acordo de restrição voluntária nas exportações. Na prática, as vendas ao mercado americano obedeceriam a uma cota limitada de produtos para fugir das restrições. A proposta foi discutida entre o chanceler brasileiro, Aloysio Nunes, e o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, na capital peruana. Temer disse que o foco é resolver o quanto antes essa questão junto ao governo dos EUA. — Isso está sendo examinado pelo Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio), vamos examinar. O que queremos é resolver essa questão da tarifa muito acentuada em cima do aço e do alumínio — afirmou o presidente, que chegou a Lima ontem para participar da Cúpula das Américas.

Segundo interlocutores que participaram da conversa, Ross não foi direto em relação a uma possível redução das exportações brasileiras, mas teria citado a Coreia do Sul. No fim de março, os sul-coreanos conseguiram a isenção permanente da sobretaxa de aço exportado para os EUA, sob a condição de reduzir cerca de 30% dos produtos siderúrgicos enviados ao mercado americano. Primeiro país a ser excluído definitivamente da medida protecionista, a Coreia terá de se submeter a uma cota de 2,68 milhões de toneladas por ano. Para a especialista em relações comerciais internacionais, Lia Valls Pereira, economista do Ibre/FGV e professora da Uerj, o restrito poder de barganha do Brasil no comércio mundial deixa poucas alternativas à adoção de cotas voluntárias de exportação de aço. Para Lia, a situação é ainda mais grave diante do desprezo do governo Donald Trump pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e da erosão dos mecanismos multilaterais.

— A grande questão é que o Brasil não tem qualquer poder de barganha diante dos EUA. Tudo isso é péssimo, pois mostra que o país não tem força suficiente para contrapor esse tipo de política imposta por Trump, o que pode acabar reafirmando essa postura — disse. Lia observa que uma opção seria entrar na OMC por meio de um mecanismo para solução de controvérsia. Mas essa estratégia tem dois problemas: a OMC já foi alvo de ataques de Trump, e o presidente americano evocou a defesa nacional para justificar as sobretaxas ao aço, e essa é uma questão controversa dentro do próprio organismo multilateral. A especialista lembra que a disputa comercial entre EUA e China “é ruim para o Brasil”: — Uma guerra comercial esvazia a dimensão multilateral, tornando mais vulnerável a situação de países com nosso perfil. (* Enviada especial)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Martha Beck E Bárbara Nascimento

Título: ‘Eletrobrás e cessão onerosa são fundamentais’

ENTREVISTA Eduardo Guardia

Na avaliação do ministro da Fazenda, privatização da companhia e revisão de contrato com Petrobras são prioridades, não pelo impacto fiscal, mas porque atraem investimento

-BRASÍLIA- O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, elegeu a privatização da Eletrobrás e a revisão de um contrato com a Petrobras que pode render até R\$ 100 bilhões para a União — chamado de cessão onerosa — como suas prioridades no novo cargo. Em entrevista ao GLOBO, ele disse que ambas são temas com os quais ele está “obcecado” desde o ano passado. Segundo ele, isso

não é porque essas medidas vão engordar os cofres da União, mas porque vão atrair mais investimentos e aumentar o crescimento da economia. O ministro reconheceu que não há mais condições de adiar o reajuste do funcionalismo para 2019, mas disse que a tributação de fundos exclusivos poderia ser encaminhada ao Legislativo novamente por meio de um projeto de lei.

O governo não conseguiu avançar em nenhuma das 15 prioridades colocadas no lugar da reforma da Previdência. O que é possível aprovar até o fim do ano?

Fundamental para mim são as iniciativas que envolvem atração de investimento: Eletrobrás e cessão onerosa. Não é por causa do fiscal. A Eletrobrás já está numa conta de reserva esse ano. Não preciso disso para fechar as contas. Já a cessão onerosa tem potencial enorme de entrar muito dinheiro esse ano com uma rodada de leilão do pré-sal. Ajuda na atração de investimento para fazer a economia crescer. Tem dificuldades pelo caminho? Lógico que tem. Mas isso é prioridade do governo.

O que mais está no radar?

Eletrobrás e cessão onerosa são o bloco de investimentos. Outro bloco é o de redução do custo do crédito. Para isso, temos na mesa o cadastro positivo e a duplicata eletrônica. Não tem porque não aprovar. Não dá para ser contra isso.

Mas essas pautas ainda não andaram. Cadastro positivo entrou e saiu da pauta na semana passada...

A gente tem que pôr na pauta, mobilizar a bancada e mostrar por que isso é importante. Evidentemente, não cabe ao Executivo impor nada ao Legislativo. Nosso papel é ir lá, explicar e negociar. Acho que o Congresso está sensível a essas preocupações.

O que tem pendente em relação ao texto da Eletrobrás que está no Congresso?

O tema central é a preocupação do deputado (José Carlos Aleluia, relator do projeto) de que o recurso que vai para a revitalização do Rio São Francisco efetivamente chegue ao São Francisco e seja alocado de uma maneira eficiente. Ele também manifestou desejo de aumentar a quantidade de recursos que vão para o São Francisco. Falei para separar em duas partes, primeiro acertar a forma e, depois, o recurso.

Como andam as negociações em torno da cessão onerosa?

A gente tem até 17 de maio para terminar o trabalho. Terminando o trabalho, a gente vai encaminhar a nossa sugestão para o Conselho Nacional de Política Energética, que tem que aprovar as mudanças no contrato. Isso feito, isso abre

espaço para discutir o leilão do excedente, que é enorme. É uma oportunidade de investimento absurda, que é bom para a Petrobras.

A União vai receber tudo isso de uma vez ou existe plano de parcelar a outorga?

Tenho que ver o que é mais viável para o sucesso do leilão. Vamos combinar, é dinheiro para burro. Você falar (para o investidor): pinga aqui R\$ 100 bilhões? Pode ser razoável (parcelar). Não discutimos ainda a forma de pagamento do leilão. Mas isso não interfere nos nossos planos.

Por que?

Suponha que entre tudo esse ano. A gente não pode gastar isso porque hoje a despesa está limitada pelo teto. O dinheiro vai ficar no caixa do Tesouro e vai ser usado para abater o desequilíbrio da regra de ouro no ano que vem. Se a decisão da modelagem for por um parcelamento de outorga, não tem nenhum problema, não muda nada. Não estou olhando nem para isso nem para Eletrobrás com visão de fiscal esse ano. Tanto num caso, como no outro, é investimento. A gente precisa investir em energia elétrica e óleo e gás. E isso tem um efeito multiplicador na economia, porque esse investimento é brutal. Estou aqui, desde o ano passado, obcecado com esses dois temas: Eletrobrás e cessão onerosa.

Mas o que o senhor está olhando na área fiscal neste ano?

O fiscal este ano está equacionado. Não estou falando que está sobrando dinheiro e está todo mundo feliz da vida, mas não tenho problema de meta, de teto e já equacionamos saída para regra de ouro. Minha preocupação fiscal não é 2018. Tudo isso ia melhorar a situação fiscal para frente. Como a reforma da Previdência. Ela ia fazer diferença esse ano? Não, seriam R\$ 5 bilhões. A reforma da Previdência não era para o governo Temer, era para resolver o problema fiscal crônico.

O adiamento do reajuste do funcionalismo morreu?

Para esse ano, morreu. Pode- se pensar em medidas para o ano que vem. A gente ainda não está no momento de discutir medidas para o ano que vem, isso a gente vai tratar até agosto (prazo para envio do Orçamento).

O governo vai reeditar a MP que tributa fundos exclusivos?

Eu não mandaria. É uma questão de relacionamento com o Congresso. Não dá para mandar como MP uma coisa que não foi votada e caducou. Você pode pensar em um projeto de lei, um projeto de lei é legítimo, mas não estou discutindo isso agora. Todas essas questões tributárias que poderiam afetar

2019 vamos discutir mais perto do Orçamento. A gente já tem problema suficiente.

Havia uma resistência à sua nomeação, o senhor é visto como difícil de negociar. E colocou na sua secretaria- executiva, Ana Paula Vescovi, uma mais encrenqueira que o senhor?

Não acho ela encrenqueira. Acho ela extremamente competente, simpática, bonita, charmosa. Só tenho elogios à Ana Paula. A Ana Paula é extraordinária, acho ela supercompetente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Julianna Sofia

Título: Apagão

BRASÍLIA - A mensagem do novo **Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, não poderia ser mais lúcida e objetiva. “Se não capitalizarmos a Eletrobrás, o apagão é inevitável”, disse à Folha em seu primeiro dia à frente da pasta.

Sustenta o óbvio: a empresa perdeu capacidade de investir e haverá aumento da demanda por energia caso a retomada do crescimento econômico se materialize com algum vigor.

A insânia que se alojou no Palácio do Planalto com o cerco policial ao presidente e seus amigos não comporta o óbvio. A própria nomeação de Moreira Franco para o ministério e a consequente saída de técnicos que gestaram a privatização da Eletrobrás são o suprasumo disso. O ministro ganhou foro especial mais sólido enquanto o governo perdeu voltas na corrida para vender a estatal.

Na Bolsa, as ações da empresa se desvalorizaram bem como analistas de mercado começaram a apostar que a operação não sai neste ano. No Congresso, a tramitação do projeto da desestatização se arrasta na comissão especial com a dispersão da base governista, e o mimo de Michel Temer a Moreira agastou os ânimos, travando ainda mais a articulação.

Rodrigo Maia, presidente da Câmara e contraparente do ministro, disse que Moreira no cargo prejudica as negociações por não ter boa relação com o Legislativo. Em menos de 24 horas no posto, ele deu provas de que o ataque parental não era infundado. O ministro anunciou a edição imediata de um decreto sobre a privatização, ato que foi lido como um atropelo ao trabalho dos parlamentares. A cavalaria do Palácio do Planalto foi acionada para desfazer a lambança e avisar que a norma presidencial não tem data para sair.

As resistências políticas vão empurrando o calendário da venda — agora prevista para novembro, quando um novo presidente estará eleito e poderá rever planos. Em ato falho, nesta semana, Temer tratou a privatização como possibilidade.

O apagão parece inevitável.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: União perde R\$ 2,6 bi na Eletrobrás após nomear Moreira

Estatual como um todo perdeu R\$ 4,1 bi em valor de mercado desde a sexta passada (6), com a debandada de técnicos do ministério.

A Eletrobrás perdeu 13,2% de seu valor de mercado na última semana —R\$ 4,1 bilhões—, desde que **Moreira franco (MDB-RJ)** foi apontado como novo ministro de Minas e Energia. Quem mais perdeu foi o próprio governo, maior acionista.

A fatia da União, de 63,1% (contando com as participações do BNDES e de fundos públicos), caiu de R\$ 19,6 bilhões para R\$ 17 bilhões —uma perda de R\$ 2,59 bilhões, segundo cálculo da consultoria Economatica.

As ações ordinárias da empresa (aquelas que dão direito a voto) caíram 14% entre a abertura do mercado na sexta-feira passada (6) e o fechamento desta sexta (13).

Foi a maior retração de toda a Bovespa no período — considerando as empresas com volume médio diário negociado de ao menos R\$ 1 milhão—, aponta Einar Rivero, gerente da consultoria.

As ações preferenciais caíram 10,27% —a terceira maior queda da bolsa. A nomeação de Moreira franco, que teve como principal motivação garantir o foro especial do ministro, foi confirmada pelo governo no último domingo (8), mas as más notícias começaram já na sexta-feira passada (6).

Nesse dia, as ações da estatal de energia despencaram após o anúncio de que o então secretário-executivo da pasta, Paulo Pedrosa, deixaria o cargo e que o emedebista seria o provável indicado.

Na segunda (9), houve uma nova queda, após o pedido de demissão do presidente da PE (Empresa de Pesquisa Energética), Luís Barroso.

Desde então, as ações vêm oscilando dia a dia, mas o saldo segue negativo. A queda reflete a insegurança do mercado financeiro em relação ao futuro da privatização da empresa, cujo potencial de valorização é enorme, segundo analistas.

“Nos últimos anos, a Eletrobrás destruiu bilhões em valor de mercado. Ela poderia estar valendo hoje no mínimo duas vezes mais hoje. Então qualquer fator que mexa com a expectativa de privatização tem um impacto grande”, afirma Marco Saravalle, analista da XP Investimentos.

TERMÔMETRO

Apesar das declarações otimistas do presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, e de ministros do governo —que conseguiram algum efeito positivo nos últimos dias—, outros eventos contribuíram para o pessimismo do mercado, segundo Rafael Passos, analista da Guide Investimentos.

O primeiro deles foi o adiamento do leilão das distribuidoras da Eletrobrás. A previsão agora é que ele ocorra em 28 de maio —a data anterior, de 21 de maio, já era considerava um prazo limite para a venda das companhias.

Para Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, esse será o termômetro decisivo para a nova equipe. Ainda há incertezas sobre a concorrência, principalmente em relação às distribuidoras do Amazonas e de Rondônia (Ceron).

Outro fator negativo para a empresa nos últimos dias, segundo Passos, é o embate entre o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Moreira franco, considerado um dos principais articuladores de uma possível reeleição de Michel Temer —situação que geraria um conflito com Maia, que também quer se candidatar. “Esse conflito é mais uma dificuldade para aprovar.”

No curtíssimo prazo, uma medida que poderá ter impacto positivo nas ações da Eletrobrás seria sua inclusão no Plano Nacional de Desestatização, o que destravaria a contratação de estudos para a modelagem da privatização, afirmou Passos.

A publicação do decreto chegou a ser anunciada nesta semana por Moreira franco, mas acabou não saindo devido a atritos com o Congresso, que interpretou o texto como um atropelo.

A medida em que o projeto da desestatização se torna menos provável neste ano, outro fator que deverá interferir no valor de mercado da estatal será o posicionamento dos presidentiáveis sobre o tema, diz Saravalle.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Ulio Wiziack Mariana Carneiro De Brasília**Título:** 'Não adianta ter inflação baixa se não tem emprego'

ENTREVISTA EDUARDO GUARDIA, 52

NOVO MINISTRO DA FAZENDA DIZ QUE NÃO HÁ COMO TER SENSÇÃO DE BEM-ESTAR EM UM CENÁRIO COM 12 MILHÕES DE DESOCUPADOS

“Não adianta ter inflação baixa se não tem emprego.” A afirmação é do novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, ao resumir a sensação ainda negativa sobre a economia, um ano após a saída da recessão.

Aos 52 anos, o economista assume o ministério após a saída de Henrique Meirelles, que tenta viabilizar sua candidatura ao Planalto.

“Eu estou bem, você está bem. Estamos empregados e, com a inflação baixa, nosso poder de compra aumentou. Agora, e os outros 12 milhões de pessoas que estão sem emprego? Esse é o lado triste do que foi feito, porque quase 13 milhões de pessoas foram jogadas no desemprego no pico da crise. Como é que se tem sensação de bem-estar?”

“O que levou a isso não é essa política que estamos fazendo. Ela está levando o país ao crescimento”, defendeu.

Folha - Muitos dos projetos da equipe econômica ficaram pelo caminho, inclusive a reforma da Previdência. O sr. assume a Fazenda para tocar um plano B?

Eduardo Guardia - Deixa eu discordar. Falar que ficou pelo caminho é um exagero enorme. Um monte de coisa foi feita. Ninguém briga com os fatos. A gente não conseguiu aprovar a Previdência, mas, mesmo assim, a compreensão hoje do problema [rombo da Previdência] é muito mais clara do que era lá atrás. Até o Congresso tem clareza de que precisa aprovar [a reforma]. Aqui não tem um plano B, é uma continuidade das coisas em que eu já estava trabalhando.

Investi na parceria com o **Ministério de Minas e Energia** no desenho da capitalização da Eletrobrás; coordenava o grupo da cessão onerosa [pendenga judicial com a Petrobras em área de exploração de petróleo]; há um ano discuto com Jorge Rachid [da Receita] a questão tributária.

Isso melhora a herança que para o próximo presidente?

O sucesso na discussão na cessão onerosa traz um volume enorme de recursos que não vamos gastar. Se entrarem R\$ 100 bilhões ou outro número, serão usados pelo próximo governo para reduzir o desequilíbrio da regra de ouro.

O que vai fazer de novo?

Eletrobrás é nossa prioridade. Mandar o projeto [de simplificação] do PIS e Cofins avançando em paralelo com o ICMS. Vai aprovar? Não sei. Vou apresentar, debater e tentar aprovar. São medidas positivas para economia.

Caminhamos para a campanha eleitoral, e o segundo semestre deverá ser de instabilidade. Acredita que o Congresso trabalhará a seu favor?

O período eleitoral compromete a capacidade de resposta do Congresso. O período crítico são os próximos três meses porque o “timing” dessas coisas, Eletrobrás e cessão onerosa, exige avançar antes para ter tempo de realizar as operações subsequentes. Não adianta esperar até outubro, senão fica para o ano que vem.

Qual a maior barreira na capitalização da Eletrobrás?

Tive uma boa discussão ontem com o [deputado José Carlos] Aleluia [DEM-BA], que é o relator do processo [no Congresso] e conhece o setor como ninguém. Fiquei feliz porque ele disse que o modelo [de capitalização] foi bem-feito. Ele quer somente mais dinheiro para o rio São Francisco [em obras de revitalização] e quer garantir que os recursos chegarão lá.

Não estou dizendo que a compreensão dele reflete a opinião média da Casa. O ambiente lá é político. A liderança está de acordo, mas [o texto] precisa estar arredondado. Vamos primeiro ter entendimento sobre o texto. Em paralelo o governo começa a mobilizar a base.

A conversa nem bem começou e o governo retirou o decreto que incluiria a Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização. Não atrasa?

O decreto não é algo crítico para a capitalização [da Eletrobrás], pode sair a qualquer hora. O ponto era não colocar o decreto enquanto não se resolvem os outros temas [o próprio texto]. Não é o procedimento mais adequado para quem quer fazer o negócio andar. Num negócio dessa complexidade, você não vai conseguir fazer as coisas do jeito que quer.

A equipe econômica teve de das pelo time político mesmo em projetos que foram aprovados. O sr. se sentiu traído?

Não dependo de nenhuma medida externa [do Congresso] porque está tudo ajustado. Vamos cumprir a meta [de déficit primário], de teto [de gastos] e a regra de ouro. O que estamos discutindo, como a reoneração da folha de pagamentos, terá impacto no ano que vem. São R\$ 16 bilhões [a mais para o caixa do governo]. Vai afetar minha vida neste ano? Nada!

Muitas das coisas que tentamos fazer terá impacto no ano que vem e é nossa responsabilidade fazer isso. Até porque, se você faz, traz o benefício a valor presente. Se [o mercado] vê que melhora a situação fiscal, a economia reage mais rapidamente.

A Fazenda previu que, sem a reforma da Previdência, a economia pioraria e, em 2019, o país mergulharia de novo em recessão. Isso mudou?

Isso se mantêm. O cenário de dificuldade existe. Mas, neste ano, discutimos se o país vai crescer 2,8% ou 3%. Saímos da recessão. Os analistas estão revendo a projeção de crescimento de 2,84% para 2,80%. Estamos discutindo a segunda casa decimal. É essa a deterioração prevista. Vamos com calma.

Mas e a recessão prevista para 2019? Por que o mercado não reagiu negativamente ainda?

Porque há a percepção de que a Previdência entrará na agenda do próximo presidente. Pode ter volatilidade [reação negativa do mercado] pelo compromisso que os candidatos vão assumir e a relevância desses candidatos. Sendo aprovada [a reforma], o cenário é de retomada integral da trajetória. É isso o que está no preço hoje.

Se passar a percepção de que esse processo desviou, o cenário muda. Agora não dá prá perder muito tempo. Se não enfrentar desequilíbrio fiscal, e o cerne é Previdência, não haverá crescimento sustentável. Não tem saída.

Não é frustrante uma taxa de desemprego tão elevada?

A questão social [da crise] é grave. Mas ela seria muito pior se a inflação não fosse baixa. O ponto central é: como se sai disso? Eu sei como não se sai. Mas não será com mais gasto público e desequilíbrio fiscal. Essa é a receita certa do fracasso. A nova matriz econômica, de aumento de gasto e redução de imposto, nos trouxe a esse problema social grave. Foram erros atrás de erros que nos levaram a essa situação.

Sob o PT, a inflação era alta, mas a sensação de bem-estar era maior. Temos uma das menores taxas de inflação da história, e a percepção social é contrária. Como explica isso?

Não adianta ter inflação baixa se não tem emprego. Eu estou bem, você está bem. Estamos empregados e, com a inflação baixa, nosso poder de compra aumentou. Agora, e os outros 12 milhões de pessoas que estão sem emprego? Esse é o lado triste do que foi feito, pois quase 13 milhões de pessoas foram jogadas no desemprego no pico da crise. Como é que se tem sensação de bem-estar? Na minha família teve um momento em que todos os meus cunhados e irmãs estavam desempregados.

O que levou a isso não é essa política que estamos fazendo. Ela está levando o país ao crescimento. Se não continuar a crescer, não vai tirar essas pessoas do desemprego.

A ambição política de Meirelles afetou as reformas?

Não, o ministro foi absolutamente correto, defendeu as bandeiras e levou os temas politicamente difíceis de encaminhar. Os temas são complexos. Eu não tenho ambição política e também vou encontrar dificuldades.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli /Eduardo Rodrigues /Iransy Tereza/ Brasília

Título: 'Privatização da Eletrobrás tem de avançar'

Eduardo Guardia, ministro da Fazenda

Guardia assume Fazenda por oito meses e meio e elege como prioridades a venda da Eletrobrás e o acordo de cessão onerosa

Eduardo Guardia, que assumiu o Ministério da Fazenda na última terça-feira, estipulou duas grandes prioridades para sua gestão de oito meses e meio: conseguir completar o processo de privatização da Eletrobrás em pleno período eleitoral e destravar as negociações de revisão do contrato de cessão onerosa de áreas de petróleo a tempo de programar o leilão de blocos de petróleo ainda para este ano. A estatal e a União negociam há quatro anos sem chegar a um acordo sobre quem paga a quem. Em 2010, a Petrobrás ganhou o direito de explorar 5 bilhões de barris de óleo sem licitação (a chamada cessão onerosa), e, em troca, o governo recebe uma parte do petróleo produzido. Quando o acordo foi fechado, a cotação estava mais alta, e com a queda de preços a estatal quer ser ressarcida. Guardia, que até a semana passada era o secretário executivo da Fazenda, o “número dois” de Henrique Meirelles, que deixou o cargo para disputar as eleições, se prepara para uma negociação difícil no Congresso e tenta aplainar o terreno para evitar uma situação fiscal caótica em

2019. “Estamos sendo muito transparentes. A vida é dura. E injusta.” Seguem os principais trechos da entrevista do ministro.

O que dá para fazer em menos de nove meses?

Precisamos focar no que é absolutamente relevante. A (privatização da) Eletrobrás é extremamente importante, temos de fazer um esforço concentrado para avançar. E não pela questão fiscal, não vou ter problema de meta por causa da Eletrobrás. Se a gente não capitalizar a Eletrobrás, vamos ter problemas com a oferta de energia elétrica. Adiar um problema resulta em um problema maior. A Eletrobrás, que responde por um terço da energia do País, está descapitalizada, o que significa que não tem dinheiro para investir. Está alavancada, o que significa que tem dívida e que está correndo juros. Está cada vez pior. Estamos sendo pé no chão. Sei que temos uma discussão difícil sobre a Eletrobrás pela frente. Ninguém nega que é uma discussão complexa.

A complexidade não é técnica, é mais política, não?

Deixa eu pegar um exemplo – que não foi bem-sucedido, é verdade – que é a Reforma da Previdência. É uma discussão política difícil, mas entramos nessa discussão sem sequer ter a clareza do problema. Não tenho dúvida de que pode haver resistência política à capitalização da Eletrobrás, mas precisamos mostrar o que vai acontecer.

O que está sendo mudado?

A questão mais importante que discutimos é como assegurar que os recursos que vão para o Rio São Francisco serão bem investidos. O relator (José Carlos Aleluia) falou em números (para o fundo do São Francisco), mas a gente decidiu primeiro acertar a forma como o recurso vai chegar para depois discutir o número. É importante ter esse acordo, senão a gente não sai do lugar. Não quero mobilizar a base para aprovar um texto sem acordo. Em paralelo, tem que fazer essa costura política.

O presidente Temer ainda não publicou o decreto para regulamentar a inclusão da Eletrobrás no Plano Nacional de Desestatização. Qual é o obstáculo?

Eu mesmo fui surpreendido porque achei que o decreto teria saído. Não é aqui que está o problema, o decreto do presidente sai a qualquer hora. Acho que a opção foi não soltar o decreto antes de termos tudo azeitado.

Pode haver mudança no modelo de privatização?

Gosto da ideia de uma grande “corporation”, uma empresa com controle pulverizado, com boa prática de gestão corporativa. Uma empresa pública no

sentido americano: “public company”. Temos várias aqui, como a Embraer, a B3.

E suas demais prioridades?

Outra extremamente importante é a questão da cessão onerosa da Petrobrás. Isso abre espaço para um enorme leilão de óleo dessa reserva excedente no pré-sal. Precisamos atrair investimentos e isso é fundamental. Quem pode ser contra um negócio desses?

A União será a pagadora nessa negociação?

Há um grupo de trabalho com **Ministério de Minas e Energia**, Planejamento, Fazenda, Petrobrás, ANP e TCU. Esse grupo tem que chegar a um número: quem deve quanto para quem. Eu fiz todo mundo desse grupo assinar um acordo de confidencialidade. Ninguém fala nada enquanto não tiver resolvido – sob as penas da lei.

O aumento de impostos, que foi cogitado várias vezes, ainda é uma opção?

Para este ano não, porque não há mais tempo. Não posso mexer com Imposto de Renda porque tem anualidade; para alterar PIS/Cofins tem noventa. De efeitos práticos, teria muito pouco tempo para capturar algo este ano. A gente ainda tem o desejo de fazer a reforma do PIS/Cofins, então embaralharia muito a conversa. Não dá para fazer a simplificação e mandar também um aumento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Brasil fará primeiro leilão de barris de petróleo na Bolsa

Serão oferecidos 2,8 milhões de barris, que devem render R\$ 500 milhões; dinheiro vai para fundo social

O Brasil vai realizar no dia 16 de maio o primeiro leilão de barris de petróleo de propriedade da União em bolsa de valores. Até o momento, o governo só realizou licitações de áreas de petróleo a serem exploradas, onde o risco é do comprador. A expectativa é oferecer 2,8 milhões de barris de petróleo produzidos em quatro campos, dois sob o regime de partilha (Sapinhoá e Mero), modelo pelo qual o governo recebe sua parte em petróleo, e dois sob o modelo de concessão (Lula e Tartaruga Verde), cujas áreas se estendem para áreas não contratadas e, portanto, pertencem também à União. De acordo com o presidente da estatal que representa o governo nos contratos com as

petroleiras, a Pré-sal Petróleo S.A. (PPSA), Ibsen Flores, serão ofertados 2,8 milhões de barris de petróleo, que podem render até R\$ 500 milhões.

“Para o ano de 2018 estamos estimando R\$ 300 milhões, porque não poderemos contar com toda a produção de Tartaruga Verde”, explicou o executivo ao Estadão/ Broadcast. Os recursos, conforme determinado na época da sua criação, irão para o fundo social criado em 2010, que tem por objetivo investir em educação e saúde, lembrou Flores. O leilão vai oferecer quatro lotes de petróleo: 1,6 milhão de barris do campo de Mero, uma parte do campo de Libra, na Bacia de Santos, primeiro campo do pré-sal vendido sob o regime de partilha; 120 mil barris de Sapinhoá, também na Bacia de Santos; 600 mil barris do campo de Lula; e 480 mil barris de Tartaruga Verde.

Poderão participar empresas que tenham logística para retirar o petróleo das plataformas de produção, informou Flores, que espera a participação de petroleiras que já atuam no País. As empresas poderão formar consórcios para disputar a carga, inclusive com bancos e fundos de investimentos, “o que vai facilitar a apresentação de garantias financeiras”, explicou. As cargas serão retiradas entre meados de 2018 e meados de 2019, e o pagamento deve ser feito 30 dias após o recebimento do petróleo.

A previsão de Flores é de que o leilão tenha ágio sobre o preço mínimo de referência do petróleo que é divulgado mensalmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). “Será o primeiro leilão de petróleo do Brasil e exige transparência e concorrência para obter o melhor resultado para a União”, destacou Flores. O pré-edital lançado ontem ficará em consulta pública até o dia 24 deste mês e o edital definitivo sairá no dia 4 de maio, informou o executivo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Cidades

Autor: Isa Staccirini

Título: Descoberto atinge 83%, mas ainda não há data para fim do racionamento

Após um ano e três meses, os cortes programados levaram a população a se conscientizar sobre o uso da água. Além do intenso período chuvoso, a redução no consumo fez com que os principais reservatórios da região se recuperassem

A Barragem do Descoberto chegou ontem a 83% do volume útil: avaliação após o período chuvoso servirá para decretar o fim do racionamento (foto: Breno

Mesmo após a Barragem do Descoberto ter atingido a marca de 83% do volume útil, o governo prefere esperar a chegada do período da seca para decidir se o racionamento será encerrado. A medição feita ontem demonstrou que falta um metro de altura para o reservatório chegar a 100%, o equivalente a 17%. O de Santa Maria marcou 52,7%. Para tomar a decisão sobre o fim do rodízio, o Executivo local avaliará o uso de água após o fim das chuvas, além de observar a vazão dos afluentes, o consumo e as condições climáticas.

Estimativa da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) aponta que, desde o início dos cortes, decretado em janeiro de 2017, a população reduziu o consumo em 12%. Na casa da servidora pública aposentada Maria Luísa do Nascimento, 55 anos, as crianças aprenderam a economizar. “No banho, a minha sobrinha lembra à mãe dela de que precisa desligar o chuveiro para lavar a cabeça”, conta a moradora do Cruzeiro. Ela comprou dois tambores para captar a água da máquina de lavar. “Uso o que sobra para limpar a varanda e o banheiro e dar descarga. Sempre tive essa consciência, mas o racionamento contribuiu para as pessoas fazerem mais.”

No Guará, Célia Caixeta, 55, também adotou medidas preventivas. Comprou outra caixa-d’água, reduziu a pressão dos registros e adquiriu um galão para aproveitar a água da máquina. “Fica de lição a possibilidade de a gente poder economizar mais do que antes. Para lavar o quintal, aprendi a usar um balde e arrastar a água para os outros cantos da casa”, revela.

Nos comércios, até os empreendimentos que mais dependem da água reduziram o consumo. Em dia de racionamento, a cabeleireira Fabiana Miranda, 35, enche três baldes grandes para trabalhar. Para limpar o estabelecimento, ela reaproveita o que sobra da máquina. “Ou a gente economiza ou fica sem. Eu aprendi a me adaptar e economizar ainda mais, porque, se não, nós não trabalhamos”, explica.

Segundo a Caesb, três medidas contribuíram para a recuperação dos níveis dos reservatórios: o consumo consciente dos moradores, os novos sistemas de abastecimento inaugurados no ano passado e o período intenso da chuva.

Segundo o presidente da autarquia, Maurício Luduvise, o Subsistema de Captação de Água do Ribeirão Bananal, na Granja do Torto, e o do Lago Paranoá ajudaram a reduzir a dependência dos reservatórios. “A colocação de água nova foi fundamental. Anteriormente, nós tínhamos o Descoberto e o de Santa Maria. Continuamos com eles, mas, agora, contamos com a inclusão do Bananal, do Lago Paranoá e, em breve, de Corumbá IV, com expectativa de colocá-lo em operação até o fim do ano”, ressalta.

Seca

Luduvise explicou que a Caesb também tem reduzido os índices de perda de água no sistema de distribuição. “Substituímos válvulas de pressão, estamos recompondo a rede e combatendo ligações clandestinas. Estamos colocando água nova no sistema e atacando perdas de distribuição”, destacou.

Além disso, a chuva acima da média desde fevereiro contribuiu para a recuperação dos reservatórios. O superintendente de Recursos Hídricos da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Adasa), Rafael Mello, comentou que a primeira projeção indicava 50% do volume útil do Descoberto no fim do período chuvoso, e a segunda, 70%. Para abril, a média de chuva é de 133mm. Até agora, caiu 124mm. “A expectativa é que fique acima da média, mas, a partir da segunda quinzena de abril, a chuva deve diminuir até o início de maio. A seca começa a partir do dia 10 do próximo mês e vai até setembro”, esclarece o meteorologista Hamilton Carvalho, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

MME / ASCOM .